

História e literatura: um diálogo possível? *germinal*, de Émile Zola

Patrícia Vargas Lopes de Araujo¹

Resumo: Esse artigo tem como objetivo apresentar aspectos da convergência e da aproximação entre os campos da história e da literatura a partir da análise da obra *Germinal*, do escritor francês Émile Zola, publicada em 1885, considerada um clássico do estilo ou estética naturalista. Nessa obra, o autor apresenta ao leitor aspectos do cotidiano familiar e de trabalho da classe trabalhadora na França, particularmente dos trabalhadores das minas, na segunda metade do século XIX, apresentando uma profunda crítica social ao descrever o desenvolvimento do capitalismo e as mazelas do operariado em seu tempo.

Palavras-chave: História; Literatura; Naturalismo; Émile Zola.

História e Literatura – convergência e desafios

Aventurar-se por seara alheia é sempre um desafio. Embora atualmente pacífica, a aproximação entre História e Literatura, ocorrida entre as décadas de 1960 e 1980, foi marcada por tensões. Para grande parte dos historiadores, nem sempre o uso literário como fonte de investigação do passado validou-se como perspectiva qualificada ou mesmo legítima. No entanto, desde finais do século XX houve uma intensa produção historiográfica que se volta para o debate em torno da relação entre as disciplinas, seja do ponto de vista da utilização da segunda pelos historiadores como meio de descortinar o passado, seja pelas análises que procuram refletir

¹ Professora de História Contemporânea e membro efetivo do Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania do Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Autora dos livros: *Folganças Populares: Festejos de Entrudo e Carnaval em Minas Gerais no século XIX* (Annablume, 2008) e *De Arraial a Vila - A criação da Vila de Campanha da Princesa: reivindicações locais, estratégias políticas e reafirmação da soberania portuguesa* (Prismas, 2016).

sobre as convergências e as diferenciações entre as narrativas ficcional e histórica, pontuando, desse modo, a relação da escrita com a forma de representação do real.

Não desejamos voltar à velha querela entre as tênues fronteiras entre história e ficção, ou quanto à validade do uso da escrita literária como “fonte” ou “documento” para o historiador. Na verdade, acreditamos que agir desta maneira seria perder o que há de mais enriquecedor e próprio na relação: as aproximações e as convergências entre os respectivos meios de abordagem, mas preservando-lhes as singularidades, diferenças e autonomias. Por isso, não objetivamos reduzir a Literatura a mero documento histórico, mas, antes, estabelecer uma relação dialógica entre a abordagem literária e a histórica. Dessa forma, ao invés de acentuarmos uma relação de oposição entre ambas, buscamos privilegiar uma perspectiva de complementaridade, ainda que sem desconsiderar as especificidades de cada uma das abordagens.

Embora História e Literatura se aproximem por utilizarem um mesmo recurso, isto é, a narrativa, dispõem, por outro lado, de critérios e regimes de “verdade” distintos. Nesse âmbito, para Carlo Ginzburg, em entrevista a Pallares-Burke realizada em 1998 (2000, p. 277), a relação entre história e ficção envolveria competição e desafios mútuos, colocados por ambos os domínios. “A história”, afirma ele, “tem sido um desafio para romancistas como Balzac, por exemplo que reagiu dizendo: ‘Serei o historiador do século XIX’”.

As fronteiras entre História e Literatura sempre foram debatidas por seus teóricos. A institucionalização da História como disciplina acadêmica no século XIX é um momento emblemático para a delimitação dos limites entre os dois campos. Com a profissionalização da História nota-se um distanciamento do campo literário, pois os historiadores deveriam seguir preceitos, métodos e seleção de fontes próprios da disciplina, inspirados nos ideais cientificistas do século XIX. Nesse sentido, os textos literários eram considerados fontes imprecisas e duvidosas, com pouco valor para o historiador profissional. À História caberia a função de ciência e à Literatura a de ficção, estando uma relacionada a produção do imaginário e a outra ao campo do concreto e do real (GRECCO, 2014).

Sobre este aspecto, Marilene Weinhardt (2002), no artigo “Ficção e História: retomada de um antigo diálogo”, observa que, em certo momento, o ficcionista talvez invejasse o historiador ou, eventualmente, se sentisse inferiorizado por não dispor dos mesmos recursos, isto é, o acesso

a documentos como forma de atestar “a verdade”. No entanto, segue a autora, a “crença na transparência da referencialidade histórica e na neutralidade do discurso dito científico era incontestável, desprezando-se ou fingindo-se ignorar as sombras que turvavam essa translucidez” (WEINHARDT, 2002, p. 106). O caminho contrário também parece possível, pois o trabalho do ficcionista, com aparente autonomia e liberdade de criação, geraria o desejo do historiador. No campo da Literatura, segundo a autora, haveria a tentativa de se “erigir um instrumental que lhes permitisse operar com objetividade que viam nos estudos da história, da antropologia, das ciências sociais” (WEINHARDT, 2002, p. 106).

Hayden White ([1973] 1992) - talvez a principal referência a dar início a esse debate - posiciona-se radicalmente: abole as diferenças relativas ao conteúdo e anula a distinção formal entre as narrativas histórica e ficcional². Para o autor, uma se constrói sobre fatos imaginários (mas possíveis) e outra sobre fatos reais, sendo ambas elaborações de cunho verbal. Para o autor, a produção elaborada pelo historiador é “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa” (WHITE, 1992, p. 11). O conhecimento histórico seria construído por meio de tropos prefigurativos e de processos tropológicos.

Essa discussão seria enfrentada na obra “Meta-história: a imaginação histórica no século XIX” ([1973] 1992) quando White efetuou análise dos historiadores Oitocentistas Jules Michelet, Alexis de Tocqueville, Leopold von Ranke e Jacob Burckhardt, e dos filósofos da História Karl Marx, Friedrich Nietzsche, Benedetto Croce, para elaborar sua tese fundamental: a História faz “a um só tempo arte e ciência” (WHITE, 1992, p. 27), incluindo em sua narrativa argumentativa modelos de análises literários.

Para Pesavento (2006), contemporaneamente os historiadores utilizam a literatura não apenas como um “acesso privilegiado ao passado”, ou seja, “tomando o *não-acontecido* para recuperar o que aconteceu”, mas também para colocar em questão, a exemplo de White, o “próprio caráter da história como uma forma de literatura, ou seja, como uma narrativa portadora de ficção”.

² Para o historiador francês Roger Chartier (2002), os estudos de Hayden White fazem parte das primeiras formulações para determinar os elementos próprios da narrativa histórica. White identificou as figuras retóricas que estruturam a narração, estando ligado ao movimento denominado de *linguistic turn*. Dentre as críticas recebidas, a principal diz respeito ao determinismo linguístico, ou seja, de que White reduziu a escrita da história um determinismo linguístico, destituindo o discurso histórico de sua busca pela verdade, restringindo-o ao domínio da ficção.

Quanto ao fato de os campos se constituírem por retóricas verbais parece não haver dúvidas, embora permaneçam os debates em torno do regime textual. Segundo Weinhardt (2002), uma significativa produção teórica, particularmente de origem anglo-americana e francesa, procurou definir limites entre as práticas do historiador e do literato. Para a autora, o “constructo verbal é reconhecido como simulacro que não se confunde com o fato”. Por outro lado, a discordância estaria colocada no “modo como se dá a relação do discurso linguístico com o mundo representado” (WEINHARDT, 2002, p. 107). Os estudiosos da Literatura, especialmente em princípios dessa postura atualizada da Teoria da História, embora bastante citados, não participariam do debate de forma mais atuante.

Ainda sobre as convergências dos campos histórico e ficcional, Roland Barthes (1967) argumenta que:

(...) por sua própria estrutura e sem que haja necessidade de fazer apelo à substância de conteúdo, o discurso histórico é essencialmente elaboração ideológica, ou, para ser mais preciso, imaginário, se é verdade que o imaginário é a linguagem pela qual o enunciante do discurso (entidade puramente linguística) ‘preenche’ o sujeito da enunciação (entidade puramente psicológica) (BARTHES, 1967, p. 155 *apud* WEINHARDT, p. 108).

Para Barthes, dando continuidade à essa problemática do discurso histórico:

Chega-se assim ao paradoxo que pauta toda a pertinência do discurso histórico (com relação a outros tipos de discurso): o fato nunca tem mais do que existência linguística (como termo de um discurso), e, no entanto, tudo se passa como se sua existência não fosse senão a cópia pura e simples de outra existência, situada num campo extraestrutural, o ‘real’. Esse discurso é, sem dúvida, o único em que o referente é visado como exterior ao discurso, sem que nunca seja, entretanto, possível atingi-lo de fora do discurso (BARTHES, 1967, p. 155 *apud* WEINHARDT, p. 108).

As reflexões possibilitadas pela aproximação entre História e Literatura permitiram aos historiadores aprenderem a “desconfiar do signo verbal enquanto representação da realidade, a perceber as construções linguísticas como simulacro e instrumento de cooptação. Eles [os historiadores] descobriram o poder de insídia e sortilégio da linguagem” (WEINHARDT, 2002, p. 114). A aproximação dos historiadores ao campo dos estudos literários possibilita o

surgimento de um rico debate em torno dos problemas da representação e da imaginação³.

Não há, ainda, unanimidade em torno das duas formas de representação do real. Walter Mignolo (1993), em “Lógica das diferenças e política das semelhanças”, que emprega uma minuciosa análise dos procedimentos adotados pela historiografia e pela Literatura, aponta para o que denomina “convenção de veracidade” e “convenção de ficcionalidade”. Nessa perspectiva, embora muitas vezes tomados como equivalentes, os termos literatura e ficção não podem ser entendidos como sinônimos. Conforme as normas literárias, o discurso pode se enquadrar na convenção de ficcionalidade, embora não seja sua condição indispensável. As práticas historiográficas e as ficcionais são, assim sendo, portadoras de marcos discursivos que se inscreveriam nesta ou naquela convenção. E, ainda, os produtores de tais discursos podem acentuar ou anular esses marcos.

Dessa maneira, conforme Weinhardt:

O discurso histórico e ficcional são próximos, mas não se confundem. Quando um permeia o outro, perde sua identidade originária para assumir o estatuto do outro. A diferença de atuação do narrador entre um e outro permite ao narrador da ficção uma liberdade que desnuda e denuncia a própria ficcionalidade. A verossimilhança da ficção não é a mesma da história. Para esta, é verossímil o que se constrói como verdade, enquanto para aquela basta que pareça verdadeiro. O ponto axial da questão gira então em torno da aceitação de verdade (WEINHARDT, 2002, p. 118).

Parte-se, assim, de certa convicção. Reconhecemos que a Literatura constrói imaginariamente a própria realidade, sem estar diretamente determinada por referentes reais ou por contexto de situações externas. Desta maneira, a Literatura constitui de modo imanente sua própria situação comunicativa e constrói um discurso que institui uma verdade própria (AGUIAR SILVA, 1969). Por outro lado, a estrutura social, os valores, as convicções políticas e culturais orientam os momentos de sua produção. O artista, mesmo sob o impulso de uma ação criadora, não deixa de se orientar pelos padrões de sua época e, sendo assim, escolhe também certos temas. Como aponta Ricoeur (1997), História e Literatura fazem uso de um mesmo material e, assim, a

³ Sobre essa discussão ver LIMA, Luiz Costa. **O controle do imaginário** (1984); **Sociedade e discurso ficcional** (1986); **O fingidor e o sensor** (1987); **Pensando nos trópicos** (1991).

narrativa literária partilha pressupostos da narrativa histórica, especialmente quanto a sua capacidade de apresentar interpretações acerca do mundo. O texto literário pode criar mundos que se assemelham ao real, construindo uma série de possibilidades de realidade. Entendemos que existem, pois, lastros do real no ficcional, que levam à representação do real no campo literário. Esse fenômeno é o que chamamos de verossimilhança.

A relação entre ficção e real não é antagônica, como se fictício esteja relacionado à mentira e à falsidade; e nem uma relação dicotômica, pois o imaginário tem uma importância fundamental na compreensão das relações entre ficção e realidade. Para Wolfgang Iser (2013), há uma relação tríplice, constituída pelo real, fictício e imaginário. Conforme o autor, ao mesmo tempo que o texto ficcional contém muita realidade, ele não se esgota nesse real.

No início do século XIX, Germaine de Stäel (1800), em “**De la littérature dans ses rapports avec les institutions sociales**” refletiu sobre o fato de a literatura ter a capacidade de firmar convicções, de expor princípios filosóficos, expressos através dos personagens. Para ela, a Literatura se apresenta “intimamente solidária com todos os aspectos da vida coletiva do homem, verificando-se que cada época possui uma literatura peculiar, de acordo com as leis, a religião e os próprios costumes dessa época” (STÄEL, 1800 *apud* AGUIAR SILVA, 1969, p. 444). Neste sentido, a Literatura pode ser apreendida como mediatização dos acontecimentos e, assim sendo, possível de ser concebida como uma via de acesso às ideias e formas de ver e de se posicionar frente ao mundo. E, desta maneira, de construção e disseminação de valores, e de projetos estético-políticos.

Conforme referendado, há a concordância de que entre o mundo imaginário construído pela linguagem literária e o “mundo real” - ou histórico - existem vínculos, porque a ficção literária não se desprende completamente da realidade empírica.

O mundo real é a matriz primordial e mediata da obra literária, mas a linguagem literária não se refere imediatamente a esse mundo, não o denota: ela institui efetivamente uma realidade própria, um heterocosmo com estruturas e dimensões próprias. Não se trata de uma deformação do real, mas sim da criação de uma realidade nova que mantém sempre uma relação significativa com o real objetivo (AGUIAR SILVA, 1969, p. 29).

A Literatura nos apresenta a diversidade do mundo, nos fazendo conhecer a particularidade de outras realidades. Os personagens, simultaneamente distintos de nós por suas particularidades, se revelaram também iguais em sua experiência e condição humana retratadas. Logo, a ficção nos aproxima e, ao mesmo tempo, nos coloca diante da alteridade. A Literatura tem, então, a capacidade de, por meio das diferenças entre os grupos, representar experiências singulares que apresentam-nos vivências comuns à nossa própria condição. Nesse sentido, a ficção de uma vida diferente da nossa nos proporcionaria descobrir um outro em nós mesmos, ao apresentar a “vida da gente” como uma narração (CALLIGARIS, 2007).

Uma vez pontuados alguns parâmetros com relação aos debates entre História e Literatura, ainda que sumários, atentemos para uma específica modalidade narrativa: o romance. Esse gênero literário transformou-se, ao longo dos últimos séculos, especialmente a partir do século XIX, na expressão literária mais importante e complexa dos tempos modernos. Ampliou continuamente o domínio de suas temáticas, desdobrando-se e passando a se interessar pela psicologia, pelos conflitos sociais e políticos. Por isso, engendrou novas técnicas narrativas e estilísticas. No romance, de modo geral, três elementos se destacam: o enredo, concebido como elemento fundamental; os personagens e o ponto de vista da narração.

No século XIX, o romance ganhou grande destaque e o seu sucesso se deveu ao número crescente de leitores, especialmente com a consolidação da burguesia, pouco a pouco mais letrada, desejosa de gozar da fruição de experiências sentimentais e individuais (CORBIN, 1991). O romancista, de um autor pouco reconhecido no mundo das letras, tornou-se um escritor privilegiado, “dispondo de um público vastíssimo e exercendo uma poderosa influência nos leitores” (AGUIAR SILVA, 1969, p. 253).

No presente artigo, chamamos atenção para uma obra em particular: “Germinal”, de Émile Zola, publicada em 1885, e considerada sua obra-prima, onde se narra as condições degradantes de vida e de trabalho dos mineiros de carvão, no interior da França. Como aponta acima, compreendemos que a narrativa literária, enquanto expressão artística de uma sociedade, é uma produção dotada de historicidade, permitindo aos historiadores “mergulhar nas sensibilidades finas do passado, expressas por esses leitores privilegiados do mundo que são os escritores das obras literárias.” (PESAVENTO, 2003, p. 40). A Literatura, seja ela de caráter realista, de

transfiguração fantasmática e onírica, ou de criação de um futuro inusitado, ou ainda de recuperação de um passado, “é sempre um registro – privilegiado – do seu tempo.” (PESAVENTO, 2003, p. 40).

Émile Zola e o romance experimental

Inspirado por convicções científicas do seu tempo, Zola buscou escrever um romance que aludisse a todos os aspectos da vida humana, representando todos os males sociais por ele presenciados, sem viés político-filosófico. Segundo sua concepção, o romancista deveria apresentar os fatos em sua natureza, expondo de forma “crua” o que podia, então, ser visto. Por isso, tinha como intenção fazer uma análise tão científica quanto o fizeram Charles Darwin e Karl Marx.

Émile Zola (1840-1902) é considerado uma referência para a França, sendo um dos maiores escritores franceses e idealizador do estilo Naturalista no campo literário. Durante os anos de sua formação, escreveu uma série de histórias curtas e ensaios, além de peças e novelas, como “Les contes à Ninon” (1864) e “La confession de Claude” (1865). Zola buscou um sistema filosófico e uma visão de mundo que retratasse seu tempo. Encontrou, pois, não apenas uma filosofia, mas uma “fórmula” para a construção de uma nova literatura, que se denominou Naturalismo. Elaborou uma “literatura científica” em acordo ao movimento de doutrinas científicas e materialistas, que se difundiram ao longo do século XIX.

A partir da adaptação das noções elaboradas pelo médico Claude Bernard em “Introdução ao Estudo da Medicina Experimental” (1865), o escritor em foco estruturou o seu método de romance experimental, pautado pela perspectiva de que seus romances seriam regidos pelo rigor científico. Para Zola, a conduta humana era determinada pela herança genética, pela fisiologia das paixões e pelo ambiente. Em “O Romance Experimental” (1880) afirmou que o desenvolvimento das personagens e enredos se regulava pelos aspectos científicos parecidos aos adotados em experiências de laboratório.

Pautado no método científico e fundamentando-se em conceitos como os de hereditariedade e determinismo científico, o autor acreditava que sua escrita representava verdadeiramente a classe operária.

Com o romance naturalista, o romance de observação e de análise, as condições mudam imediatamente. O romancista inventa ainda mais; inventa um plano, um drama; apenas é a ponta do drama, a primeira história surgida; e que a vida cotidiana sempre lhe fornece. Em seguida, na estruturação da obra, isso tem bem pouca importância. Os fatos só estão lá como desenvolvimentos lógicos das personagens. O grande negócio é colocar em criaturas vivas, representando diante dos leitores a comédia humana com a maior naturalidade possível. Todos os esforços do escritor tendem a ocultar o imaginário sob o real (ZOLA, 1995, p. 24).

Com a finalidade de efetuar uma análise científica pormenorizada do homem e da moral, Émile Zola compõe uma série de vinte novelas escritas entre 1871 e 1893, sob o nome de “Os Rougon-Macquart, História natural e social de uma família sob o Segundo Império”, a qual faz parte “Germinal”, e que narra a saga de uma família. Deste conjunto, destacam-se, ainda: “A fortuna dos Rougon” (1871), “Nana” (1880), “A besta humana” (1890), “A taberna” (1877) e “O Doutor Pascoal” (1893).

Inspirado em “A Comédia Humana”, obra monumental de Honoré de Balzac (1799-1850), nos ideais de ciência do seu tempo, e aproximando-se do interesse sociológico, Zola buscou expor não apenas os aspectos econômicos, mas seus resultados sociais diante do avanço do desenvolvimento industrial. Conforme Silva:

Entre 1876 e 1884 ocorre a explosão do Naturalismo como movimento. Zola é levado à condição de ‘chefe’ após um jantar oferecido por jovens escritores àqueles considerados seus mestres: Flaubert, os Goncourt e Zola. O jantar, em abril de 1877, entrou para a história literária como o momento da oficialização do movimento naturalista. *L’Assommoir* (1877), romance que consagrou Zola e possibilitou-lhe a aquisição de uma casa em Médan, onde reuniam-se com frequência os escritores mencionados. Destas reuniões regulares surgiu *Les Soires de Médan* (...). Em 1880, Zola assombra o meio literário vendendo, no dia do lançamento, 55 mil volumes de *Nana*. Foi a época do crescimento constante do mercado editorial (SILVA, 1999, p. 3).

Combinando darwinismo, evolucionismo e determinismo científico, Zola inovou sua escrita, que seria, mais tarde, reconhecida como romance de tese. Como uma ramificação radical

do Realismo, a estética ou estilo naturalista iniciou-se com a conjugação de fatores recorrentes do industrialismo, ou seja, as contradições sociais e o desenvolvimento das ciências. O Naturalismo surgiu, pois, em um momento de grandes transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas ocorridas na Europa. Portanto, os escritores naturalistas procuraram retratar a realidade desnudando suas mazelas sociais como os vícios, as paixões, e os sentimentos humanos mais torpes e animalescos.

Para os naturalistas, o meio físico condicionava os acontecimentos, sendo as personagens resultantes das condições genéticas e do ambiente em que viviam. Dessa maneira, o ambiente refletia a humanidade. Se o ambiente fosse triste e sujo, assim também seriam os seus habitantes. Não alheia às questões e problemas da época, a Literatura expressava, então, as incongruências de seu tempo, e retratava o desejo de reforma.

A partir de “Germinal”, a descrição experimental se destacou, ainda, pela denúncia da opressão social e da paralisação moral da humanidade, apesar de, esteticamente, não pretender compor-se de viés político. Dessa forma, com essa obra, Zola se consagrou como um dos maiores literatos de seu tempo.

Germinal e o desenvolvimento industrial no século XIX

“Germinal”, referência ao sétimo mês (primeiro da primavera) do calendário revolucionário francês, expressa - para além da metáfora orgânica de germinação - uma evocação ao espírito de 1789 e à ideia de que as massas, no caso os trabalhadores, pudessem adquirir um poder irresistível aos moldes da Revolução Francesa: o impulso de todo um povo para a conquista da liberdade social, dos direitos políticos e sociais e das liberdades ideais.

As coisas iam mudar muito em breve, justamente porque o operário aprendera a pensar. No tempo do velho [Boa-Morte], o mineiro vivia na mina como um animal de carga, como uma máquina de extrair hulha, sempre enfiado na terra, os ouvidos e os olhos tapados, sem saber o que estava acontecendo no mundo. (...). Agora ele estava acordado

nas entranhas da terra, germinava lá no fundo como uma semente. E todos veriam, um belo dia, brotar homens da terra. Sim! Um exército de homens que restabeleceria a justiça... Ou será que todos não eram iguais depois da Revolução? Uma vez que tinham direito a voto, por que o operário deveria permanecer escravo do patrão que lhe pagava? As grandes empresas, com suas máquinas, esmagavam tudo, e não tinham sequer garantias de outrora, quando o pessoal da mesma profissão, reunido em corporações, sabia defender-se. Raios! Era por isso, por isso e por muitas outras coisas, que este mundo acabaria explodindo um dia, graças à instrução (ZOLA, 1972, p. 177).

A narrativa de “Germinal” é ambientada no norte da França, durante uma greve provocada pela redução dos salários. Além das questões técnicas relativas ao trabalho nas minas, a extração mineral e as condições de vida nos vilarejos mineiros, Zola descreveu também os princípios da organização política e sindical dos operários, como as proposições dos marxistas e dos anarquistas. Para escrever sua obra, o autor passou dois meses trabalhando como mineiro na extração de carvão, observando e experimentando o trabalho e as condições de vida dos trabalhadores. Portanto, seguiu de perto as greves e a mobilização operárias.

Durante o século XIX, e mais intensamente em sua segunda metade, o número de assalariados cresceu bastante. Grande parte da mão-de-obra e da produção concentrava-se, particularmente, nas indústrias de mineração de carvão e de construção. O crescimento desse grupo acompanhava o movimento de industrialização e sua presença se tornava cada vez mais visível. Uma maior identidade entre eles — uma “consciência de classe”⁴ — pareceu ameaçar o sistema social, econômico e político das sociedades modernas – o capitalismo.

Com a revolução industrial passaram a existir duas populações, que se encontravam apenas por ocasião do trabalho e que não manteriam outra relação senão a do mando e a de subordinação, vivendo, assim, uma relação explícita de antagonismo. Seus interesses eram divergentes e o liberalismo ajudava a contrapô-los.

⁴ Para Thompson (2004, p. 9), a partir do objetivo de resgatar o papel das pessoas comuns no processo histórico, a classe, resultado de um processo de formação social e cultural, é um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência.” Para o historiador, “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram, ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 2004, p.10).

Como registra Rémond (1976, p. 108), a “passagem da classe para o movimento implica numa tomada de consciência dessa condição operária e num esforço de organização”. O movimento operário nascente se confrontou com obstáculos que o retardaram, quais sejam, inicialmente, obstáculos jurídicos e políticos, já que o regime liberal dificultou sua organização. Os trabalhadores foram impedidos, naquela ocasião, tanto de se associarem, quanto de se coalizarem.

A greve era considerada um empecilho à liberdade do trabalho e também dependia dos tribunais. Por seu turno, as reações de defesa por parte da classe operária foram lentas. Para Rémond (1976), essa reação lenta se deveu ao fato de a classe operária ter sido uma classe nova, constituída por pessoas sem tradição de luta e sem experiência de combate. O movimento operário surgiu, pois, dos artesãos e dos *compagnons*, espécie de aristocracia do trabalho, que vieram a se constituir a vanguarda da agitação e que lançou as bases do movimento operário. Logo, seriam esses os precursores do movimento, ao qual a massa foi aderindo progressivamente, embora tardiamente.

Somente por volta de 1880-1890 é que as novas categorias sociais, sem experiência e instrução, entrarão para o sindicalismo. Sob forma sindical, o movimento operário apresentava diversos objetivos e, para alcançá-los, empregou métodos variados - dos violentos aos conciliadores.

Nesse sentido, a classe operária deve as melhorias de trabalho, não apenas as leis, mas também a ação dos partidos políticos, pois a legislação social foi resultante tanto da luta dos trabalhadores, quanto dos poderes públicos. Em finais do século XIX, medidas protetoras contra riscos sociais foram organizadas, tais como: seguro contra acidentes, contra doenças e, em alguns países, sistemas de aposentadoria.

No entanto, o movimento operário não restringiu seus objetivos às reivindicações de caráter material. Outro objetivo, mais amplo, e inspirado por uma filosofia social e política – o socialismo – configurou-se na transformação da sociedade, de preparação para o estabelecimento de uma ordem mais justa.

O movimento de democratização e as lutas pela ampliação do sufrágio universal promoveram o aparecimento de partidos, de sindicatos e de sociedades cooperativas, constituídos

pela classe operária e inspirados no pensamento socialista. O pensamento socialista se fundamentava, pois, na crítica à propriedade privada como fonte primeira da desigualdade entre os homens, e sua respectiva eliminação total ou parcial era percebida como condição para o estabelecimento do projeto de uma sociedade futura.

O socialismo moderno surgiu, dessa forma, como resposta aos problemas que emergiram com a Revolução Industrial. Inicialmente, as questões que tocavam os fundamentos de escolas socialistas diziam respeito a duas consequências da Revolução Industrial: a miséria dos trabalhadores e a dureza da condição de trabalho. Outro aspecto que chamou atenção dos socialistas no século XIX foi a frequência das crises do sistema capitalista.

Segundo Rémond (1976), no começo do socialismo existia um duplo protesto: de revolta moral contra as consequências sociais do regime liberal e de indignação racional contra a ausência de lógica das crises econômicas cíclicas. Os pensadores ligados ao socialismo buscaram responder a essas duas inquietações e, independentemente do método seguido, postularam uma crítica ao regime liberal.

Encontramos eco dessas expectativas na fala, marcadamente emotiva, da personagem Etienne à família de Toussaint Maheu, outro personagem de “Germinal”:

(...) era como se de repente, o horizonte cerrado explodisse; um fecho de luz começava a iluminar a vida sombria dessa pobre gente. O eterno recomeçar da miséria, o trabalho pesado, o destino de rebanho que dá lã e é degolado, todas essas desgraças desapareciam, como que varridas por um raio de sol, e, num desabar feérico, a justiça descia do céu. Já que Deus estava morto, a justiça asseguraria a felicidade humana, fazendo reinar a igualdade e a fraternidade. Uma sociedade nova surgiria em um dia, como nos sonhos: uma cidade imensa, esplêndida como uma miragem, onde cada cidadão viveria do seu trabalho e teria o seu quinhão nas alegrias comuns. O velho mundo podre voltaria ao pó, uma humanidade nova, purgada dos seus crimes, formaria um único povo de trabalhadores, tendo por divisa: a cada um segundo seu mérito, e a cada mérito segundo suas obras. E este sonho seria cada vez mais amplo, mais sedutor à medida que fosse atingindo o impossível (ZOLA,1972, p. 179).

Cumpramos ressaltar que os socialistas repudiavam as ideias liberais, mas não a democracia. Compartilhavam, também, a convicção de que apenas o socialismo restabeleceria a plena democracia, ou seja, transformaria o poder formal de participação das sociedades burguesas,

sustentadas pela democracia representativa, em poder efetivo, tanto com relação às decisões políticas quanto às econômicas.

Entre 1870-1880, a influência do marxismo cresceu e, na maioria dos países, se tornou a filosofia do movimento operário. Como força política, os partidos socialistas de orientação marxista compreenderam que não era possível transformar a sociedade sem considerar o poder. Apesar das dificuldades e das proibições legais, os partidos socialistas recrutaram adeptos.

Difundia-se, portanto, no final do século XIX, uma certa noção de ameaça e de crescimento de um “exército industrial”, constituído por uma massa de trabalhadores heterogênea. Para os contemporâneos do processo de industrialização, era impossível não tomar consciência da massa de trabalhadores, historicamente sem precedentes.

Para os contemporâneos a massa dos operários era enorme, e indiscutivelmente crescia, lançando uma (...) sombra sobre a ordem estabelecida na sociedade e na política. Que aconteceria, na verdade, se os operários se organizassem politicamente como uma classe? (HOBSBAWM, 1988, p. 169).

A preocupação com as massas tornou-se tema de debate nesse período. Gustave Le Bon em “Psicología de las masas” (1983), publicado em 1895, dez anos após a obra de Zola, afirma que, naquele período, foi vivida essencialmente a “era das massas”⁵. O autor acreditava que a voz dessa parcela da população havia se convertido em potência e que na sua alma se preparavam os “destinos das nações”. A época sobre a qual escreveu e em que escreveu era percebida como um momento crítico de transformações das crenças religiosas, políticas e sociais; como também um momento de criação de condições de existência e de pensamento totalmente novas, tornadas possíveis pela ciência e pela indústria.

Na reflexão de Le Bon ([1895] 1983), as massas têm uma imagem multifacetada. Por um lado, o autor concebe que, embora as reivindicações dessa entidade sejam cada vez mais

⁵ A psicologia das massas ou psicologia das multidões é um campo da psicologia social dedicada ao estudo do comportamento dos indivíduos quando em multidão. Nos estudos clássicos sobre as multidões havia uma tendência a se enfatizar os aspectos negativos das ações dos comportamentos dos indivíduos quando nos agrupamentos em massa e a pensar suas ações como comandadas por atos irracionais, desprovidas de racionalidade. Gustave Le Bon é considerado um precursor de Sigmund Freud no estudo sobre as multidões. Freud discutiria tais questões e o pensamento de Le Bon em “Psicologia das massas e a análise do Eu” ([1921] 2011). Nessa obra, se deteve na análise dos mecanismos inconscientes que fazem uma multidão idolatrar e obedecer a um líder.

definidas, fazendo com que haja uma tendência a destruírem radicalmente a sociedade contemporânea para conduzi-la ao comunismo primitivo da aurora da civilização, isto significaria um retorno à barbárie. Por outro lado, compreende que, na História, as massas têm desempenhado papel importante na destruição de civilizações envelhecidas. Têm poder estritamente destrutivo, e sua força quantitativa se transformaria na única filosofia da História.

O autor supramencionado ainda afirma que, sobre esse movimento, pouco se conhece. Os psicólogos apenas as trataram do ponto de vista dos crimes, mas elas também podem ser virtuosas e heroicas. Segundo ele, haveria a necessidade de conhecimento pelos homens de Estado da psicologia das massas e, assim seria possível controlá-las (LE BON, [1895] 1983).

Não obstante o tom conservador e uma análise determinista, Le Bon ([1895] 1983) aponta para algumas questões interessantes quanto ao comportamento das massas⁶. Procuraremos apontar algumas convergências entre a análise desse autor e algumas imagens contidas na obra “Germinal” em relação aos trabalhadores, particularmente, quando são narrados os eventos ocorridos durante nas reuniões que antecederam a greve nas minas de carvão e durante esta.

Para este Le Bon ([1895] 1983), do ponto de vista psicológico, em determinadas circunstâncias da obra, uma aglomeração de seres humanos tem características muito diversas daquelas de cada um como indivíduo; a personalidade consciente se desfaz, os sentimentos e as ideias se orientam em uma direção transitória, formando a “alma coletiva”, submetida unicamente à lei da unidade mental das massas.

Na narrativa de Zola podemos vislumbrar elementos do comportamento das massas/multidões conforme alguns dos elementos discutidos por Gustave Le Bon. Para esse autor as massas são pouco aptas ao raciocínio, mas se mostram hábeis para a ação e apenas podem raciocinar apenas pela analogia. A lógica coletiva tem como característica a associação de coisas díspares, evocada por imagens que as seduzem. No Livro Quarto de “Germinal” encontra-se o relato:

⁶ No campo da História houve pouco interesse pelo estudo das massas/multidões e da análise do papel das emoções nas construções das atividades políticas e sociais, uma vez que se entendiam que esses estudos produziam determinismos psicológicos. Mesmo a História Política fez das emoções um debate afastamento de suas discussões, pois optaram pelas reflexões sobre os aspectos cognitivos da política, que pressupõem sujeitos conscientes e racionais, agindo em conformidade a seus interesses e ideias. Recentemente a História das Emoções tem se tornado um campo de interesse para os historiadores, especialmente aqueles ligados aos estudos da cultura política. Pioneiramente destaca-se a obra de Pierre Ansart, *La gestion des passions politiques* (1983).

Perto de três mil mineiros tinham comparecido à reunião; era uma multidão fervilhante, homens, mulheres e crianças enchendo pouco a pouco a clareia, transbordando por baixo do arvoredo; e os retardatários continuavam a chegar; a maré de cabeças, afogadas na sombra, espalhava-se até os cortes vizinhos. Um bramido subia daquele mar humano, igual um vento de tempestade na floresta imóvel e gelada (ZOLA, 1972, p. 291).

Um pouco adiante, lemos:

- Chegou a nossa vez! — gritou [Etienne], numa última explosão. — Agora só depende de nós conseguirmos o poder e a riqueza!

Uma aclamação rolou até ele, vinda dos confins da floresta. A lua, agora, iluminava toda a clareia, recortava em arestas brilhantes o mar de cabeças por toda a confusa lonjura da mata de corte e por entre os enormes troncos cinzentos. E naquele ar glacial havia um ricto feroz nos rostos, olhos faiscantes, bocas abertas... Era um povo em delírio de possessão, homens, mulheres e crianças famélicos, prontos para o assalto justo aos antigos bens de que estavam sendo esbulhados. Já nem sentiam mais frio, aquelas palavras ardentes aqueceram-nos até as entranhas. Uma exaltação religiosa fazia-os pairar sobre a terra, era a febre de esperança dos primeiros cristãos da Igreja esperando o reino próximo da justiça. Muitas frases obscuras lhes tinham escapado, quase nada entendiam daqueles raciocínios técnicos e abstratos, mas a própria obscuridade, a abstração, tornava ainda maior o campo das promessas, arrebatava-os num deslumbramento. Que sonho! serem eles os senhores, cessarem de sofrer, usufruírem finalmente a felicidade! (Ibidem, p. 296).

Do comportamento das massas, Le Bon ([1895] 1983) destaca: o indivíduo, uma vez integrado à massa, passa a ter o sentimento de uma potência invencível; as massas são orientadas pelo contágio mental e, nessa seara, sacrifica-se o interesse individual pelo coletivo. Há, portanto, a presença do elemento de sugestibilidade; a perspectiva de que se perde a noção de seus atos; a perda da personalidade consciente implica, para o homem, a descida de vários degraus na escala da civilização. Nesse sentido, isolado, o indivíduo poderia ser um sábio, mas em multidão tornava-se um bárbaro.

Por essa perspectiva, a massa seria inferior ao indivíduo isolado. Seus sentimentos e atos são guiados pela sugestão, que tanto podem ser heroicos, quanto criminosos. Teria, para Le Bon ([1895] 1983) traços comuns: impulsividade, irritabilidade, mobilidade, incapacidade de raciocínio, ausência de juízo e de espírito crítico, e exagero dos sentimentos. Pode ser generosa ou cruel, passando da ferocidade sanguinária à compaixão ou ao heroísmo.

Vale lembrar que a perspectiva de Gustave Le Bon é bastante determinista e segue os preceitos científicos de seu tempo quanto à análise das massas. Seguiu-se, nos parece, um ponto de vista similar ao adotado pelos naturalistas em relação às questões sobre os comportamentos sociais.

Por isso, voltemos à narrativa de Zola. Uma vez decidida a greve, incitados por Etienne, os trabalhadores decidiram que se reuniriam na floresta afim de traçar as ações a serem conduzidas, a adesão deveria ser de todos e que o trabalho nas minas de carvão não deveria parar.

Por prudência, não foram juntos. Jeanlin já desaparecera havia muito tempo. Marido e mulher seguiram lado a lado, atalhando por Montsou, enquanto Etienne se dirigiu para a floresta, onde queria encontrar-se com os companheiros. No caminho encontrou um bando de mulheres, entre as quais reconheceu a Queimada e a mulher de Levaque. Enquanto caminhavam, comiam castanhas que a filha de Mouque trouxera, e até as cascas devoravam, para permanecerem mais tempo de barriga cheia. Na floresta ele não encontrou ninguém, todos já tinham partido para a Jean-Bart. Então saiu desabalado e chegou diante da mina no momento em que Levaque e uma centena de outros penetravam no pátio. Os mineiros surgiam de todas as partes, os Maheu pela estrada real, as mulheres do meio dos campos, todos dispersos, sem líderes, sem armas, correndo naturalmente para ali como água que transborda e segue os declives. (...) Houve um momento de hesitação quando Deneulin surgiu no alto da escada que conduzia à recebedoria. — Que é que vocês querem? — perguntou ele com voz forte. (...) Houve empurrões e grunhidos na multidão. Etienne avançou e disse: — Não viemos aqui para fazer-lhe mal, mas o trabalho tem que parar em toda a região. (...) — Peço-lhe, meu senhor, que dê ordem para que subam os mineiros. Daqui por diante não respondo mais pela conduta de meus companheiros. O senhor pode evitar uma desgraça. (...). (ZOLA, 1972, p. 332-333)

Saindo da mina chamada Jean- Bart, seguiram para outras minas:

E o bando, pela planície rasa, toda branca de geadas, sob o pálido sol de inverno, marchava, saindo da estrada, atravessando as plantações de beterraba. (...). Etienne tomou o comando. Sem fazê-los parar, começou a gritar ordens e a organizar a marcha. Jeanlin corria na frente, emitindo com sua corneta uma música bárbara. Nas primeiras filas avançavam as mulheres, armadas com paus, a de Maheu com um fulgor selvagem nos olhos, que pareciam procurar de longe a cidade da justiça prometida; a Queimada, a mulher de Levaque e a filha de Mouque marchavam como soldados esfarrapados indo para a guerra. Em caso de encontro queriam ver se os gerdames ousariam bater nas mulheres. A seguir vinham os homens, numa confusão de gado, formando uma retarguarda amplíssima, erichada de barras de ferros, dominada por um único machado, o de Levaque, cujo gume reverberava ao sol. (...). Cabeças descobertas esguedelhavam-se ao vento; somente se ouvia o bater dos tamancos, semelhante a um tropel de gado solto, guiado apenas pelo toque selvagem de Jeanlin. De repente, ouviu-se um novo grito: - Pão! Pão! Pão!

Era meio dia, a fome de seis semanas de greve despertava nos estômagos vazios, aguilhada por essa marcha campo aberto. As raras côdeas da manhã, as poucas castanhas da filha de Mouque já iam longe; e os estômagos gritavam, e esse sofrimento vinha aumentar a raiva contra os traidores.
- Às minas! nada de trabalho! Pão! (ZOLA,1972, p. 340-341)

Das narrativas acima e em concordância com as reflexões contidas em “Psicología de las masas”, podemos apontar, ainda, com relação às massas, e em particular às trabalhadoras, a existência de um líder, um condutor ou chefe que coloca o movimento sob sua autoridade. Essa figura compõe-se geralmente de homens de ação, segundo Le Bon ([1895] 1983), não de pensamento. Segundo o referido autor, há, também, a presença de um sentimento religioso nas comoções políticas e nas ações sociais. Esse sentimento, que corresponde às convicções das multidões, pode ser mobilizado para na crença de um Deus, de um ídolo, de um herói e de ideias políticas. Dessa maneira, o sobrenatural e milagroso estariam presentes, uma vez que as massas investem do mesmo poder misterioso a ação política ou chefe que em um dado momento as mobiliza. (LE BON, [1895] 1983).

Por fim, uma última imagem do comportamento dos indivíduos quando em multidão. Ainda segundo Le Bon ([1895] 1983), as massas se deixam guiar pelo instinto, perfazendo-se, quase sempre, femininas. Em Zola vemos a possibilidade dessa representação ou imagem a partir da ação das mulheres diante da greve.

As mulheres tinham aparecido, cerca de mil, cabelos ao vento, desgrenhados pela correria, os farrapos deixando à mostra a pele nua, nudez de fêmeas exaustas de parir mortos-de-fome. Algumas traziam os filhos nos braços, e levantavam-nos, agitando como uma bandeira de luto e vingança. Outras, mais jovens, com peito estufados de guerreiras, brandiam paus, enquanto as velhas, monstruosas, berravam tão alto que as veias dos seus pescoços descarnados pareciam rebentar (ZOLA,1972, p. 361).

Em nova cena, a multidão acorria ao armazém para a pilhagem. O grito de “Pão! Pão! Pão!” retumbava. Com a perspectiva de fortificar o armazém antes que os mineiros entrassem, Maigret se esgueirou pelo teto do galpão, sem se preocupar com seu peso. A multidão gritava: “Pega o gato! Pega o gato! Vamos fazê-lo em pedaços!”.

De repente suas mãos se soltaram, ele rolou como uma bola, e caiu atravessado na rua, vindo a morrer. Seguiu-se, na ação, um momento de estupor, mas em seguida os gritos

recomeçaram. Eram as mulheres que rodeavam “o cadáver ainda quente e começaram a insultá-lo com gargalhadas (...)”. Desferravam-se do fato de Maigret recusar-se a venderem-lhes fiado: “Esfomear os pobres não lhe trouxera felicidade” (ZOLA, 1972, p. 361).

As mulheres, agitadas, ainda queriam vingar-se do personagem. Rodeavam-no, “farejando como lobas”. Por sugestão de uma delas, decidiram castrá-lo:

Imediatamente a filha de Mouque começou a abrir-lhe a braguilha e a puxar as calças, enquanto a mulher de Levaque levantava a perna do morto. E a Queimada, com suas mãos secas de velha, abriu-lhe as coxas nuas empunhou a virilidade morta. Segurou tudo e fez tal esforço para extirpar o membro que suas costas magras se distenderam e seus braços enormes estalaram. Mas a pele morta resistia, ela teve de atracar-se novamente e acabou arrancando o despojo, um pedaço de carne cabeluda e sangrenta que agitou-se no ar com uma gargalhada de triunfo:
— Pronto, aqui está! (ZOLA, 1972 p. 380).

Todos observavam a mutilação e a ação que se seguia com “horror estupefato”. Além da ação comandada pelo instinto, como aponta Le Bon ([1895] 1983), é possível registrar também a presença de um elemento de caráter de violência simbólica. A mutilação do morto, a profanação de seu corpo, ritualizava as mazelas e as violências empreendidas por Maigret sobre as mulheres, em situações anteriores, em que estas se encontram em posição desfavorecida e de subserviência. Para além da oposição e da opressão de gênero, é possível vislumbrar a divisão de classes sociais e a opressão dos trabalhadores.

No final de “Germinal”, a personagem Etienne caminha pela estrada, deixando Montsou, e se questionava: “Teria razão Darwin, o mundo não seria mais que uma batalha, os fortes devorando os francos, para o embelezamento e continuidade da espécie?” (ZOLA, 1972, p. 535).
Mas,

dissipou-lhe as dúvidas uma ideia que o encantou, a ideia de lançar a sua antiga explicação da teoria na primeira vez que discursasse. Se era necessário que uma classe fosse devorada, não seria o povo, cheio de vida, jovem ainda, quem iria devorar a burguesia, exausta de tantos prazeres? Com sangue novo se faria a sociedade nova. E, nesta espera de uma invasão de bárbaros, regenerando as velhas nações caducas, ressurgia sua fé absoluta numa revolução próxima, a verdadeira, a dos trabalhadores, cujo incêndio abrasaria o fim do século com a mesma cor púrpura desse sol nascente, que via ensanguentar o céu (ZOLA, 1972, p. 535).

Nestas últimas páginas percebemos o diálogo entre a obra de Zola e certas similaridades com as convicções dos socialistas, de que a massa de trabalhadores crescia e que, não obstante as dificuldades da organização da classe trabalhadora, esta se fortalecia a cada dia, fazendo aumentar, por consequência, a crença de que transformação da sociedade aconteceria. Por outro lado, havia o reconhecimento e a preocupação das elites e das classes governantes com a emergência dos trabalhadores na cena política, a exigência do cumprimento de seus direitos.

Assim, temos que a leitura da obra “Germinal”, de Émile Zola configura uma representação significativa do século XIX, particularmente quanto ao desenvolvimento da sociedade industrial, do capitalismo e dos antagonismos entre burgueses e trabalhadores. Por outro lado, a presença das multidões e suas ações e do trabalhador como personagem da literatura.

A história como conhecimento é sempre uma representação do passado, bem como as fontes documentais acessadas para produzir esse conhecimento. Dessa maneira, a utilização da narrativa ficcional pelo historiador, como uma fonte ou marca de historicidade, possibilita a reflexão sobre as sensibilidades, os valores, os sentimentos e a cultura de outras épocas, nesse caso específico, o século XIX, a partir do olhar do literato. A Literatura permite compreender como as sociedades, por meio de seus autores, representavam a si mesmas e o mundo. A Literatura como fonte de si mesma, informa-nos, sempre, sobre o momento de sua escrita. Como ressalta Sandra Pesavento (2003), o texto literário – “mundo verdadeiro das coisas de mentira” – registra as verdades do simbólico, isto é, da realidade construída imaginariamente pela percepção dos indivíduos e que toma o “lugar do real concreto”.

Referências Bibliográficas

AGUIAR SILVA, Vítor Manuel. **Teoria da Literatura**. Coimbra: Livraria Almedina, 1969.

ANSART, Pierre. **La gestion des passions politiques**. Lausanne: L'Age d'homme, 1983.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CALLIGARIS, Contardo. Para que servem as ficções? **Folha de São Paulo**, Ilustrada. São Paulo, 18 de janeiro de 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1801200716.htm>. Acesso em: 06/04/2018.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CORBIN, Alain. O segredo do indivíduo. In: PERROT, Michelle (org.). **A História da Vida Privada**: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GRECCO, Gabriela Lima. História e Literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, vol. 6, n.º 11, julho de 2014.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios**, 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ISER, Wolfgang. **O Fictício e o Imaginário**. Perspectivas de uma Antropologia Literária. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

LE BON, Gustave. **Psicologia de las masas**. Madrid: Morata, 1983.

LIMA, Luiz Costa. **O fingidor e o sensor**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

LIMA, Luiz Costa. **O controle do imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LIMA, Luiz Costa. **Pensando nos trópicos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

LIMA, Luiz Costa. **Sociedade e discurso ficcional**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e política das semelhanças. In: CHIPPIANI, L.; AGUIAR, F. W. **Literatura e história na América Latina**. São Paulo: Edusp, 1993.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **As muitas faces da história**: nove entrevistas. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

PESAVENTO, Sandra. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n.º 4, p. 31-45, setembro de 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma *velha-nova* história. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En ligne], Débats, mis en ligne le 28 janvier 2006. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/1560>. Acesso em: 18/01/2020.

RICOEUR, Paul. O entrecruzamento da História e da ficção. In: **Tempo e narrativa**. Tomo III. São Paulo: Papirus, 1997.

SILVA, Eduardo César Ferreira da. **A obra de Émile Zola no Brasil**: notas para um estudo da recepção crítica. 1999. 414f. Dissertação de Mestrado em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, 1999. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/81364>>. Acesso em: 06/04/2018.

THOMPSON, Edward P. A consciência de classe. In: **A formação da classe operária inglesa**. Livro III: A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

WEINHARDT, Marilene. Ficção e História: Retomado de antigo diálogo. **Revista Letras**, Curitiba, n. 58, p. 105-120, jul./dez. 2002. Editora UFPR.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica no século XIX. São Paulo: Edusp, 1992.

ZOLA, Émile. **Germinal**. São Paulo: Abril, 1972.

ZOLA, Émile. **O romance experimental e o naturalismo no teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

Resumé: Cet article a pour but de présenter les aspects de la convergence et de l'approximation des champs de l'histoire et de la littérature à partir de l'analyse des travaux de *Germinal* par l'écrivain français Émile Zola, publiée en 1885, considérée comme un classique du style ou de l'esthétique naturaliste. Dans cet ouvrage, l'auteur présente au lecteur des aspects de la vie quotidienne de la famille et de la classe ouvrière en France, en particulier les mineurs, dans la seconde moitié du XIXe siècle, en présentant une critique sociale profonde décrivant l'évolution du capitalisme et les maux de la classe ouvrière en son temps.

Mots-clé: Histoire; Littérature; Naturalisme; Émile Zola.